

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº137 - MARÇO - PORTO VELHO, 2004
VOLUME IX

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - UFRO
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
ROMUALDO DIAS - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos no mínimo 3 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows" deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

137



FLÁVIO DUTRA

VISÃO COLONIZADORA E DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA

Klondy Lucia de Oliveira Agra



Klondy Lúcia de Oliveira Agra

Professora de Língua Portuguesa - SESC/RO

klondy@enter-net.com.br

VISÃO COLONIZADORA E DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA

Em toda a história dos grandes descobrimentos observa-se o olhar superior dos povos europeus sobre os povos encontrados no Novo Mundo. Esta superioridade é descrita através de comparações das populações tradicionais com os europeus, até alcançar o imaginário dos antigos viajantes, do jardim do Éden ao antimundo¹.

Em se tratando da história sobre a penetração do europeu na Amazônia, as marcas do fantástico e do preconceito estão desde o primeiro documento, redigido pelo dominicano frei Gaspar de Carvajal² até a literatura contemporânea³.

Através destas leituras, vê-se com clareza a visão colonizadora que afeta o discurso de todos que tomam para si novas terras e com elas projetos e modos de vida. Localizado na floresta Amazônica, região que representa hoje a maior reserva biogenética do planeta, guardando em seus ecossistemas um monumental volume de conhecimento em grande parte ainda inexplorado, cuja biodiversidade tem despertado o interesse mundial, está o Estado de Rondônia, o qual tem sido objeto de múltiplas pesquisas nestes últimos anos.

A leitura e observação dos dados colhidos através destas pesquisas têm mostrado que a colonização de Rondônia tem sido feita de modo desordenado e com interesse e valores diversos. A ocupação, que inicialmente não se deu por ação oficial e sim por ação particular, por ocasião da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré⁴, vem sofrendo ao longo da sua história a interferência de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, com alegações variadas.

Órgãos públicos e privados vêm através de projetos e pesquisas, tentando direcionar o desenvolvimento sustentável de Rondônia tendo como meta a equalização do desenvolvimento populacional com o desenvolvimento econômico da região⁵.

A Visão Colonizadora – Um Entrave ao Desenvolvimento de Rondônia visou uma imersão nesse espaço com vistas a verificar se o que vinha sendo proposto através desses projetos tem levando em conta os princípios reitores da Agenda 21⁶, investigando a origem, a metodologia e analisando através do discurso de seus proponentes se o que era pretendido não trazia demasiada carga da visão colonizadora para Rondônia.

¹ Riqueza de detalhes são encontrados no trabalho de Neide Gondim "A Invenção da Amazônia".

² Escreveu em 1541-2 "A penetração do europeu no maior rio da Amazônia", foi um expedicionário às ordens de Francisco Orellana, governador da cidade de Santiago de Guayaquil.

³ Vários são os trabalhos que se referem ao homem Amazônico como homem indolente e de pouca inteligência.

⁴ Cf. CABRAL, Otaviano. História de uma região: Mato Grosso, Fronteira Brasil – Bolívia e Rondônia. Rio de Janeiro, Himalaia – 1963.

⁵ Vários destes projetos e pesquisas estão diretamente ligados a dois grandes programas criados pelo Governo Federal com financiamento do BIRD: O Polonoeste (década de 80) e o Planaflo (década de 90).

⁶ Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21, Rio de Janeiro, 1992.

Pretendeu-se com este estudo esclarecer dúvidas a respeito da história social desta parte da Amazônia, a qual vem há muito travando o seu desenvolvimento sob um olhar falsamente paternalista, que na verdade, não passa de uma visão colonizadora.

Chamamos aqui, de visão colonizadora, interesses e idéias que vêm atender a países chamados desenvolvidos economicamente sustentáveis. Idéias que nem sempre são válidas para países em desenvolvimento, mas que prontamente são acatadas, beneficiando apenas alguns grupos, trazendo um desenvolvimento questionável à região.

A tendência dos povos estabelecerem colônias tem tido grande influência na história mundial. As colonizações têm distribuído conhecimento e cultura a todos os pontos do mundo, levando ao descobrimento e ao desenvolvimento de novas terras. Entretanto, a colonização tem causado também guerras sangrentas e destruição dos que estão no caminho de todos que espalham seu imperialismo.

Os termos colonialismo e imperialismo caminham juntos. Colonialismo é o sistema ou orientação política tendente a manter sob domínio, inclusive econômico, possessões de determinadas regiões. Imperialismo refere-se a prática de estender a força política, através de ações ou pensamentos, aos territórios conquistados. Estes territórios adquiridos são as colônias. Entende-se então, que as colônias não são criadas somente através da força. Algumas vezes, nações vão conquistando e colonizando outras regiões gradualmente, através de idéias, concessões e negócios.

Através dessa pesquisa, pretendeu-se também, esclarecer como vinha sendo feita a colonização de Rondônia, a que nível e por quais empresas, negócios ou países. Interessando, sobretudo, concentrar a atenção nos aspectos envolvendo interdependência do desenvolvimento sustentável (DS), o desenvolvimento econômico (DE) e a visão colonizadora que entrava esses processos.

Observando-se que como uma verdade universal das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potencializam-se toda vez que um novo ciclo de colonização se inicia, e que no estado de Rondônia, este fenômeno não tem sido diferente.

Não se tratou aqui de ver a palavra colonização como o simples ato de ocupação da terra, se foi mais além, ou seja, se foi ao sentido básico de colo⁷, tomar conta de , importando não só em cuidar, mas também em mandar. Traço que é inerente em diversas formas na ocupação feita neste Estado.

O QUE ACONTECE EM RONDÔNIA

Há uma gama imensa de projetos de desenvolvimento regional a nível federal e estadual que mencionam o desenvolvimento do Estado através de vários programas envolvendo um alto custo no patrocínio de órgãos, instituições e ONGs que têm por finalidade a execução dos mesmos. Ainda, ultimamente, tem havido

⁷ Colo é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar. (cf. BOSI, Alfredo. p. 11)

gastos vultosos com encontros, estudos e palestras visando o desenvolvimento sustentável, como a Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra, ECO 92), a Rio + 5, a revisão da AGENDA 21 e tantos outros envolvendo todo o país, desde os grandes centros até os pequenos municípios.

Como o desenvolvimento sustentável (DS) tem sido a tônica destes estudos e pesquisas e o seu conceito tem sido muito questionável, embora sua significação já possua vasta literatura (v. g. Guimarães, 1994; Blowers, 1993; Barbier, 1987; Baroni, 1992), optou-se aqui por considerar o conceito formulado pelo relatório Brundtland⁸, cujo enunciado é o seguinte: " o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades", salientando ainda que "satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal motivo do desenvolvimento" (WCED, 1987).

Ao mencionar o relatório acima, deve-se lembrar a retórica defendida pelos países imperialistas a seus colonizados, quando com a alegação de objetivar o desenvolvimento sustentável, atentam as preocupações com o meio ambiente, lembram as necessidades e aspirações humanas, no entanto, não propõem alternativas de progresso ao imporem limitações⁹. Cobram sem apontar caminhos para o crescimento através da execução de projetos agrícolas específicos, projetos com sustentabilidade de recursos renováveis ou o uso otimizado dos não-renováveis. Projetos, que se acontecem, são através de ações isoladas ou setoriais, que envolvem a adoção de medidas visando coibir ou reparar agressões ao meio ambiente.

O povo brasileiro que vem de uma cultura colonizada, e que, não consegue livrar-se dos países imperialistas, seja através da dependência econômica ou da própria inoperância do estado, quando faz seu próprio deslocamento de outras regiões para Rondônia, traz consigo uma visão colonizadora que visa a exploração da terra e de sua população tradicional, causando danos irreparáveis às pessoas e a natureza.

De acordo com BARTHOLO & BURSZTYN (1999), todas as iniciativas de exploração regional executadas até a conclusão de seus estudos¹⁰, como: projetos agropecuários, atividade mineradora e exploração madeireira trouxeram ao Estado de Rondônia impactos ambientais negativos, gerando desde o assoreamento dos rios até a perda da biodiversidade de sua floresta.

Impactos ambientais gerados através da visão colonizadora que em qualquer situação é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se a nível colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também uma gama de conhecimentos geradores de cultura que vêm não só somar a cultura local, mas também, subjugar-la. Para esclarecer cita-se BOSI (1992):

⁸ O informe da World Commission on Environment and Development (WCED) popularizado como Relatório Brundtland (WCED, 1987).

⁹ Um exemplo claro desse discurso imperialista encontra-se no certificado ambiental da International Organization of Standardization (ISO), a ISO série 14000.

¹⁰ Estudos e pesquisas do Projeto Úmidas que deram origem ao livro "Amazônia Sustentável" Estratégia de Desenvolvimento Rondônia 2.020.

" A ação colonizadora reinstaura e dialetiza as três ordens: do cultivo, do culto e da cultura. A ordem do cultivo em primeiro lugar. As migrações e o povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza, peculiar a todas as sociedades humanas. Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores. Reaviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva a aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza em geral rápida e grávida de conseqüências para o sistema de trocas internacional . O processo colonizador não se esgota no seu efeito modernizante de eventual propulsor do capitalismo mundial: quando estimulado, aciona ou reinventa regimes arcaicos de trabalho, começando pelo extermínio ou a escravidão dos nativos nas áreas de maior interesse econômico."(P. 20)

Buscar a extensão da visão colonizadora embutida nos vários projetos direcionados ao desenvolvimento de Rondônia, fazendo um paralelo com a história social desta parte da Amazônia, foi o principal alvo deste estudo. Baseado no estudo teórico através da pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, análises e comparações dos projetos executados, não executados e em execução, junto aos órgãos oficiais, foi feita a investigação da existência ou não do discurso colonizador em relação à região para nortear novos estudos e pesquisas em prol de um discurso anti-colonialista na construção de novos projetos, tentando assim, impedir que a visão colonizadora continuasse a ser um entrave ao desenvolvimento de Rondônia.

OS SONHOS E A REALIDADE

Ao observar a instalação de Rondônia através de sua história, não há como deixar de fazer um estudo profundo do relato dos primeiros europeus, dos dirigentes e trabalhadores da ferrovia, do relatório de Osvaldo Cruz quando de sua visita a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e aos escritos de outros, que com mais ou menos poesia em seus textos, descrevem o nascimento de uma população, sem grande cuidado quanto a descrição da população local e do trauma trazido com a nova população de migrantes a esta população. Migrantes que chegavam a terra e que, por não agüentarem o clima e intempéries locais, ou morriam a míngua ou desistiam de lutar e entregavam-se a uma sub-vida. Trabalhos nos quais a população indígena e tradicional aparecem, ora como inimigos mortais, ora como escravos, sempre deixadas de lado como pessoas humanas e donos de uma cultura particular.

Ao chegar a literatura contemporânea e aos projetos objetos deste estudo, pode-se fazer um paralelo com a história social desta parte da Amazônia e observa-se que, com o passar dos anos e a constante migração de pessoas de diferentes pontos do Brasil para Rondônia, o preconceito, antes visto contra a população indígena e tradicional, tem sido transferido para os vários habitantes do estado (povo formado por pessoas do Brasil e do exterior).

Nota-se, na maioria dos escritos, que descrevem as pessoas, costumes e tradições como seres à parte, tratando-os como nativos sem os serem.

Encontramos em projetos e pesquisas ainda recentes, o mesmo vigor de potencialidades imaginadas por autores do século XVII, onde os navegadores descreviam o orvalho das folhas e a beleza do pôr do sol nas águas do Madeira. E como diz GONDIM (1994) quando cita Euclides da Cunha:

" O mistério que ainda espera o homem imaginativo por detrás da cerrada muralha verde, parece atender a uma anseio euclidiano sentenciar: que ali é a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos

esvaem os olhos deslumbrados e vazios. Mas não haverá segredos na própria natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o desfecho de toda a História Natural. (P. 271)

Assim como a Amazônia em toda a sua extensão, Rondônia reencontra-se hoje sob a visão colonizadora que a revê como o paraíso pronto a ser libertado de seus habitantes desqualificados e inválidos pelas mãos poderosos do ser inteligente e infalível que vem ocupá-la. E para demonstrar esta visão recorreremos a TODOROV (1983, p. 122) quando o mesmo cita referência ao homem amazônico: "todos esses selvagens têm o ar sonhador porque não pensam em nada". Como esta afirmativa, encontram-se várias outras, num total desrespeito à população indígena e a população tradicional. Lembrando ainda que, no final da década de oitenta, Rondônia já se encontrava com uma população de aproximadamente 1.000.000 de pessoas, trazida de todos os cantos do país, incentivados pelo programa Polonoroeste¹¹ criado pelo Governo Federal na década de oitenta. Programa que teve como objetivo principal asfaltar o trecho da BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho, com financiamento feito pelo BIRD¹².

O Polonoroeste trouxe como consequência, além do aumento do fluxo de migrantes em busca de terra e trabalho, o desmatamento acelerado, a invasão de áreas indígenas e unidades de conservação, o crescimento desordenado das áreas de garimpo, a exploração predatória da madeira e a concentração fundiária.

Com o brutal crescimento demográfico ocorrido em Rondônia ocorreu uma acirrada disputa pela posse de terras, com violentas pressões sobre os territórios ocupados pelas populações indígenas.

Assim, em 1990, para corrigir desvios na execução do Polonoroeste foi criado o Planaflo¹³. Projeto que tinha como objetivo geral: "conservar a biodiversidade de Rondônia, criando, ao mesmo tempo, uma base para a utilização sustentável de seus recursos naturais renováveis, visando os benefícios econômicos diretos para a população local". Suas ações deveriam estar baseadas no zoneamento socioeconômico-ecológico, cujo objetivo central seria desestimular a expansão desordenada da fronteira de Rondônia, reduzindo a taxa de destruição da floresta tropical a níveis controláveis e aceitáveis, incluindo também um programa de reformas institucionais que permitisse o fortalecimento institucional, a capacitação técnica e a articulação das políticas públicas.

Na execução do Planaflo houve falhas quanto ao zoneamento socioeconômico-ecológico. O zoneamento ao propor uma abordagem restrita à preservação dos recursos florestais, ignorou as demandas socioeconômicas, apresentando clara opção por um enfoque preservacionista, apoiado em forte legislação proibitiva. Assim, o Planaflo foi perdendo o caráter de um instrumento flexível e subsidiador da tomada de decisão necessário à gestão ambiental.

¹¹ Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil.

¹² Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento/Banco Mundial.

¹³ Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia.

Um forte concorrente para a revisão e prorrogação de Planaflores foi a criação de uma grande quantidade de unidades estaduais de conservação UCs¹⁴ em prazo muito curto, resultando em diversos problemas relacionados com a demarcação inadequada de certas áreas e com a ausência de diretrizes básicas, procedimentos operacionais apropriados e falta de aparelhamento institucional.

O governo federal, através de seus vários órgãos, peca por não ter um bom gerenciamento. Desde a década de 70, quando o INCRA¹⁵ promoveu uma colonização oficial irregular e desqualificada, com resultados tão negativos que em 1975, o mesmo órgão já havia distribuído para fins de assentamento cerca de 4,3 milhões de hectares. Só nos anos de 1996 e 1997, foram criados cerca de 17 projetos de assentamento, ocupando cerca de 200.000 hectares, nenhum dos quais submetido ao licenciamento ambiental. E ainda, havendo a divisão entre o IBAMA¹⁶ e SEDAM¹⁷ quanto ao licenciamento e autorização para a realização de atividades potencialmente danosas ao meio ambiente, há um desencontro de opiniões e projetos, que acabam trazendo um conflito de competências que gera licenciamentos altercados, remetendo a ocupação de Rondônia ao lado danoso da colonização, ou seja, a exploração de sua terra e de seu povo.

De acordo com a SEDAM, a área desmatada em Rondônia aumentou de 3.981.313 hectares em 1993 para 4.873.143 hectares em 1995. De 16,7% para 20,4% da área total do Estado. Em 1977, cerca de 22,71% de sua área total já estava desmatada. Estes dados colocam Rondônia como líder de taxas de desmatamento da Amazônia legal.

Além do desmatamento, Rondônia sofre com outras formas de exploração que acarretam impactos ambientais bastante negativos: a atividade mineradora e a exploração madeireira. Atividades que levam ao empobrecimento da floresta, com perda da biodiversidade e a exposição do solo às intempéries.

Há ainda, em tramitação em Brasília, um projeto que prevê o desmatamento de mais 50% da área da Amazônia que por enquanto continua preservada, isto, se levado adiante, deixará todos os outros projetos que vieram através do Planaflores, visando o desenvolvimento sustentável de Rondônia, a ter sido anos e anos de pesquisas perdidas. E, com certeza, levará Rondônia ao desmatamento total, visando, como a maioria dos projetos colonizadores, ao interesse de pequenos grupos em detrimento da terra e de seu povo.

Mais uma vez, repete-se o erro do passado que, através de projetos agropecuários para a região, com a falsa premissa de que o solo da Amazônia era fértil e poderia garantir uma produção agrícola farta e duradoura, trouxe milhares de pessoas a sobreviver na miséria nas cidades de Rondônia. Pois, o solo da floresta, na sua maior parte, é composto por uma base arenosa coberta por camada pequena de húmus que, após o

¹⁴ Unidades de Conservação: são áreas protegidas, estabelecidas em ecossistemas significativos, assim considerados por incluírem importantes recursos naturais de interesse científico ou cultural.

¹⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

desmatamento, é lavada rapidamente pelas chuvas, dando início a erosão, com deslocamento de terras para os rios e igarapés. Um grande passo seria a conscientização dos parlamentares e a total inutilização de projetos deste tipo.

Após a análise, estudo e comparações dos dados, o paralelo traçado entre os discursos colonialistas encontrados e a história social de Rondônia, observou-se que no Estado de Rondônia, que por sua localização, seu clima e sua ocupação acelerada e descontrolada, é um retrato-síntese da região amazônica, não está havendo a responsabilidade de órgãos ou pessoas com o seu desenvolvimento sustentável. Nos projetos analisados não se está levando em conta as necessidades da população local. Desde a exploração dos potenciais turísticos até a explorações de gases, óleos e plantas, remetem as atenções a interesses individuais de pessoas, órgãos, empresas ou países, esquecendo a devida atenção ao verdadeiro interessado no que se refere ao desenvolvimento regional: a população local.

As populações indígenas em Rondônia têm sido objetos de pesquisa das mais variadas formas, mas não há uma preocupação real com o capital cultural destes povos. Prevalendo a visão colonizadora sem assegurar-lhes condições de sobrevivência. Como uma população mundial, rica em conhecimentos tradicionais sobre suas terras, seus recursos e seu meio ambiente em geral, o indígena rondoniense tem sido olhado com olhos paternalistas, do imperialista que olha seus colonizados, sempre prontos a explorar suas riquezas e sua força de trabalho, sem incluir direitos legais que o façam donos de suas vidas com instrumentos jurídicos e políticos que dirijam, normatizem e proteja seu modo de vida, fato que ocorre com os mais variados povos do mundo.

Apesar de, a Universidade Federal de Rondônia e, principalmente, o NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) estar investindo em estudos e pesquisas objetivando dar um desenvolvimento sustentável a região e o financiamento dado pelo Banco Mundial, a falta de uma total integração entre os departamentos das universidades públicas e dos mais variados profissionais e órgãos faz com que os projetos recaiam na mesma falácia: a visão colonizadora. Criando unidades de conservação que só objetivam resguardar nichos de biodiversidade para as gerações futuras e preservar áreas de beleza cênica e paisagística preservando e dando continuidade somente ao pior lado da colonização: a exploração da terra e de seu povo, com a destruição de sua identidade cultural.

Somente a formação de uma consciência nacional, através de cursos obrigatórios a políticos, professores e pessoas interessadas a elaboração de projetos que visem o desenvolvimento regional poderá desconstruir essa visão colonizadora e trazer benefícios não só ao Estado de Rondônia, mas a todo o nosso país.

BIBLIOGRAFIA

ATLAN, Henry. **Entre o Cristal e a Fumaça: Ensaio Sobre a Organização do Ser Vivo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

BARBA, Clarides Henrich de. **O Método Científico**. Porto Velho, UNIR, 1997.

BARBIER, E. B. **The concept of sustainable economic development**. Environmental Conservation, 1992.

¹⁷ Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Estado de Rondônia.

- BARONI, M. **Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração de Empresas, 32. 1992.
- BARTHOLO Jr., Roberto S. & BURSZTYN, Marcel. **Amazônia Sustentável: Estratégia de Desenvolvimento Rondônia 2020**. Brasília, IBAMA, 1999.
- BLOWERS, A. **Environmental policy: the quest sustainable**. Urban Studies, 30. 1993.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CABRAL, Otaviano. **História de uma região: Mato Grosso, Fronteira Brasil- Bolívia e Rondônia**. Rio de Janeiro, Himalaia, 1963,
- DUPRONT, Alphonse. **L' acculturazione. Per un nuovo rapporto tra ricerca storia e scienze umane**. Turim, Einaudi, 1971.
- GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo, Marco Zero, 1994. GUIMARÃES, R. P. El desarrollo sustentable: propuestable : propuesta alternativa o retorica neoliberal? Revista Latinoamericana de Estudios Urbano- Regionales – EURE, XX (61), 1994.
- HARVEY, D. A. **A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo, Edições Loyla, 1993.
- IANNY, Octavio. **Teorias da Globalização. Rio de Janeiro**. Civilização Brasileira, 1996.
- LEIS, Héctor Ricardo. **Meio Ambiente, Ética e Religião na Sociedade Contemporânea**. PRESENÇA 15. Porto Velho, UNIR. 1999.
- McGRATH, David G. **Biosfera ou Biodiversidade: Uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade**. In.: (Org.) XIMENES, T. : Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21. Belém. NAEA/UPA/SUDAN, 1997.
- MONTEIRO DA COSTA, J. M. **Desenvolvimento Sustentável, Globalização e Desenvolvimento Econômico**. In. : (Org.) XIMENES, t. : Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21. Belém. NAEA/UPA/SUDAN, 1997.
- MORIN, Edgar. **O Problema epistemológico. De complexidade**. Lisboa. Europa – América, 1996.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**. A questão do outro. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- WCED. Our common future. Oxford/Nova York: Oxford University Press. 1987.
- <http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21chapter2.htm>

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos publicados

*Esta noite é saudável
e os astros estão todos quietos
Ou fui eu que emudeci.
De qualquer modo é inútil:
o que aconteceu esta noite
é incomunicável
As coisas não são
sem nossa existência,
mas se as encontramos
com nossas certezas
no início da manhã
então elas todas significam*

CARLOS MOREIRA